

RECURSO ESPECIAL Nº 1.807.430 - PE (2019/0094949-8)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **DANIELLY MIGUEL VIANA**
ADVOGADO : **KATIANY MARIA DE VASCONCELOS ALVES E OUTRO(S) -**
PE031760

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição da República, contra acórdão assim ementado (fls. 270-274, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO NAS FORÇAS ARMADAS. LIMITAÇÃO DE ESTATURA. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. CARGO PLEITEADO DE TÉCNICO LABORATORIAL. IMPROVIMENTO DO APELO E DO REEXAME NECESSÁRIO.

1. Apelação de sentença que concedeu a segurança, para assegurar à impetrante a realização das fases subsequentes de concurso público e sua posse, na hipótese de obter pontuação suficiente, sob o fundamento de que inexistente previsão legal de estatura mínima para o ingresso nas forças armadas.

2. UNIÃO FEDERAL alega que a fixação de altura mínima se refere justamente aos critérios de higidez física e ergonomia, na forma como dispõe o art. 20 da Lei 12.464:2011, sendo certo que é totalmente aplicável às exigências de deslocamentos armados/equipados.

3. O posicionamento deste tribunal (1ª, 3ª e 4ª Turmas) é no sentido de que à falta de previsão legal no sentido de limitar estatura para o ingresso nas forças armadas desautoriza a Administração de proceder exigência neste sentido. (Precedentes: APELREEX 08074289120164058300. Relator o Desembargador Federal Manoel Erhardt, julg.: 02/04/2017 (1ª Turma); APELREEX 08081376320154058300, Relator o Desembargador Federal Cid Marconi, julg.: 19/08/2016 (3ª Turma); AG 08019512420174050000. Relator o Desembargador Federal Edilson Nobre, julg.: 25/05/2017 (4ª Turma).

4. Ademais, a função para a qual a candidata/apelada pleiteia o provimento e de técnico laboratorial, função que absolutamente não exige capacidades físicas qualificadas.

5. Improvimento da apelação e do reexame necessário.

Cuidaram os autos, na origem, de ação mandamental visando à participação da candidata, considerada inapta na inspeção de saúde, nas demais fases do concurso. A sentença concedeu a segurança para "que a União não adote o critério *estatura* como empecilho à participação da autora nas demais fases do certame". O acórdão negou provimento à Apelação.

Os Embargos de Declaração foram desacolhidos (fls. 304-307, e-STJ)

A recorrente afirma que houve, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts.10 e 11 da Lei 6.880/1980, 20 da Lei 12.464/2011 e itens 13.2 e 13.4 do Decreto 60.822/1967. Sustenta que o acolhimento do pleito da impetrante, ora recorrida, pode gerar precedente que inviabilizará a realização de outros certames e inverterá a prioridade normal existente do interesse público sobre o interesse exclusivo de um candidato. Defende ainda a impossibilidade de o Judiciário substituir os critérios administrativos para a seleção de candidatos a concurso público.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 29 de abril de 2019.

A irresignação não merece acolhida. O Tribunal de origem consignou (fl. 282, e-STJ):

O posicionamento deste tribunal (1ª, 3ª e 4ª Turmas) é no sentido de que à falta de previsão legal no sentido de limitar estatura para o ingresso nas forças armadas desautoriza a Administração de proceder exigência neste sentido. (Precedentes: APELREEX 08074289120164058300. Relator o Desembargador Federal Manoel Erhardt. julg.: 02/04/2017 (1ª Turma); APELREEX 08081376320154058300. Relator o Desembargador Federal Cid Marconi, julg.: 19/08/2016 (3ª Turma); AG 08019512420174050000. Relator o Desembargador Federal Edilson Nobre, julg.: 25/05/2017 (4ª Turma).

A jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica no sentido de que é constitucional a exigência de altura mínima para o ingresso em carreiras militares, desde que haja previsão legal específica. Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM
MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INTEGRATIVO
RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. CONCURSO
PÚBLICO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO
DO MATO GROSSO DO SUL. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA DE
ALTURA MÍNIMA PREVISTA EM LEI. AUSÊNCIA DE DIREITO
LÍQUIDO E CERTO.

1. Em observância aos princípios da fungibilidade e economia processual, os embargos de declaração são recebidos como agravo regimental.

2. É constitucional a exigência de altura mínima para o ingresso em carreiras militares, *desde que haja previsão legal específica*. Nesse sentido, dentre outros: AgRg no RMS 30.786/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 28/05/2012; RMS 31.781/RO,

Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/04/2011; AgRg no REsp 1025960/RS, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 21/02/2011; AgRg no Ag 1161475/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 13/09/2010. Entendimento esse também compartilhado pelo Supremo Tribunal Federal (a respeito, dentre outros: STF: AI 598715; AI 627586; RE 509296; AI 534560).

3. No caso do Estado do Mato Grosso do Sul, a Constituição Estadual, no parágrafo único do art. 51, determina à aplicação ao Corpo de Bombeiros Militar das disposições do artigo 49 também dessa Constituição, referentes à polícia militar, as quais dispõem que a "organização, o efetivo, o equipamento, as garantias, a convocação e a mobilização da Polícia Militar serão regulados por lei complementar". A Lei Complementar Estadual n. 53/1990, em seu artigo 11, estabelece que "o ingresso na Polícia Militar é facultado a todos os brasileiros, após concurso público, mediante inclusão, matrícula ou nomeação, observadas as condições previstas em lei e nos regulamentos da Corporação". Nesse contexto, nada impede que a Lei Estadual n. 3.808/2009 trate da altura mínima para o ingresso no Corpo de Bombeiros Militar.

4. Ante a presunção de constitucionalidade das leis e à luz do princípio da isonomia, não se pode criar exceção à lei para favorecer a impetrante, ao pretexto de observância do princípio da razoabilidade.

5. Agravo regimental não provido. (EDcl no RMS 34.394/MS, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 24.9.2012).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO EM CARREIRA MILITAR. EXIGÊNCIA DE ALTURA MÍNIMA. PREVISÃO APENAS EM EDITAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE.

I - É razoável, dada a natureza e as peculiaridades do cargo, exigir-se altura mínima para o ingresso em carreira militar, devendo esse requisito, contudo, encontrar previsão legal e não apenas editalícia.

II - A jurisprudência dos Tribunais Superiores é pacífica no sentido de que é constitucional a exigência de altura mínima para o ingresso em carreiras militares, desde que haja previsão legal específica, o que não ocorre no presente caso. Precedentes: AgRg no RMS 45.887/GO, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA TURMA, DJe 10/09/2014; RMS 44.597/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 18/02/2014; EDcl no RMS 34.394/MS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 24/09/2012. III - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1590450/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 26.10.2017).

A recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão que não permitiram a adoção do "critério

estatura" como empecilho à participação da autora nas demais fases do certame sem a devida imposição legal. Veja-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. ELIMINAÇÃO DE CANDIDATO MOTIVADA POR NÃO DETER ALTURA MÍNIMA. IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA DE LIMITE DE ALTURA PREVISTA SOMENTE EM EDITAL, REQUERENDO-SE LEI EM SENTIDO FORMAL. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É firme a jurisprudência desta Corte de que só é legítima a exigência de limite mínimo de altura para ingresso em Concurso Público se fixada por lei em sentido formal. Nesse sentido, o recente precedente: AgInt no RMS 44.934/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 17.5.2017, e ainda, AgRg nos EDcl no REsp. 1.274.587/BA, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 19.12.2011.

2. Agravo Interno do Município do Rio de Janeiro a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 428222 / RJ, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho Primeira Turma, DJe 28.6.2017)

6. Recurso Ordinário não provido.

Não se pode conhecer da irresignação quanto à impossibilidade de o Judiciário substituir os critérios administrativos para a seleção de candidatos a concurso público, pois não houve análise do tema pela instância de origem. Ausente, portanto, o requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal Superior, razão pela qual não merece prosperar a irresignação.

Ante o exposto, **não conheço do Recurso Especial.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro HERMAN BENJAMIN
Relator